

MENSAGEM Nº 44/2017

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Valemo-nos da presente mensagem, para encaminhar Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao BANCO DO BRASIL S.A., operação de crédito, oferecer garantias e dar outras providências correlatas, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A referida contratação tem por objetivo investimentos na forma do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, cujos projetos com o conjunto de ações e metas físicas e financeiras detalhadas, serão encaminhados quando da solicitação dos recursos, observando-se o limite autorizado via operação de crédito.

O prazo de carência será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo que o prazo máximo de amortização desta ação será de 72 (setenta e dois) meses, perfazendo um total de 96 (noventa e seis) meses incluindo a carência.

A taxa nominal de juros das operações de empréstimo no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT é de até 8,5% ao ano mais TJLP, pagos mensalmente nas fases de carência e amortização.

Tal proposição se deve ao fato de que o Município busca regularizar o cadastro imobiliário aumentando a área total edificada que gerará um aumento significativo do valor lançado no IPTU do próximo exercício. Dessa forma, teremos mais recursos para investimento dentro do município sem aumentar impostos e fazendo justiça com os que pagam seu imposto no valor correto.

Os recursos serão utilizados para aquisição de um software denominado de SIG (Sistema de Informações Geográficas) WEB, bem como, para a capacitação de servidores na manutenção do cadastro imobiliário dentro do novo sistema, com o consequente recadastramento imobiliário em todo município através de georreferenciamento e serviço de campo.

A presente proposta contribuirá para o desenvolvimento, influenciando no crescimento da economia e, por conseguinte na melhoria da qualidade de vida de toda a população;

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, o Povo pato-branquense e o Poder Executivo Municipal antecipam agradecimentos, rogando aos nobres edis que a matéria seja apreciada em reglme de urgência, tendo em vista o lapso temporal que o mesmo demanda em relação aos procedimentos burocráticos internos que devem ser obedecidos pelo Sistema Financeiro, convocando assim esse Legislativo Municipal para realizar tantas sessões extraordinárias quantas necessárias, para apreciação do incluso Projeto de Lei, conforme preceitua o artigo 27 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, tendo em vista a importância e relevância da matéria.

Gabinete do Prefeito, 09 de junho de 2017

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

Rua Caramuru, 271 • 85501-064 • Pato Branco • Paraná Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br





PROJETO DE LEI Nº 74/2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observadas as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

- Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários á amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.
- § 1º O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.
- § 2º No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.
- § 3º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
- Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º – O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrara em vidor pa data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

UGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

Rua Caramuru, 271 • 85501-064 • Palo Branco • Paraná Fone/Fax (46) 3220.1544 www.palobranco.pr.gov.br



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PARECER JURÍDICO PROJETO DE LEI Nº 74/2017

Através do Projeto de Lei em epígrafe, pretende o Executivo Municipal obter autorização legislativa para contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Em síntese, justifica o Executivo Municipal em sua Mensagem, que a referida contratação tem por objetivo a aquisição de um software denominado de SIG (Sistema de Informações Geográficas) WEB, bem como, para a capacitação de servidores na manutenção do cadastro imobiliário dentro do novo sistema, com o consequente recadastramento imobiliário em todo o município através de georreferenciamento e serviço de campo.

Esclarece ainda, que o prazo de carência será de 24 meses, contados a partir da assinatura do contrato de financiamento, sendo que o prazo máximo de amortização desta ação será de 72 (setenta e dois) meses, perfazendo um total de 96 (noventa e seis) meses, incluindo a carência. A taxa nominal de juros das operações de empréstimo no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT é de até 8,5% (oito e meio por cento) ao ano mais TJLP, pagos mensalmente nas fases de carência e amortização.

Finaliza, afirmando que a presente proposta contribuirá para o desenvolvimento, influenciando no crescimento da economia e, por conseguinte na melhoria da qualidade de vida de toda a população.

É o brevissimo relatório.

Segundo se verifica, os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas do Banco do Brasil S/A.

Rua Araribóia, 491 - Fone: (46) 3272-1500 - CEP 85501-262 - Palo Branco e-mail: legIslatIvo@camarapatobranco.com.br - site: www.camarapatobranco.com.br

Daraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Dispõe ainda a proposição, que os recursos resultantes desta contratação de financiamento (operação de crédito) no montante de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), serão aplicados na execução de dos empreendimentos previstos no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Para garantia da operação de crédito, pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

Sobre o tema em questão, os §§ 1º e 4º do artigo 167 da Constituição Federal, assim preceitua:

"Art.	167.	407070707070707070707070707070707070707	• • • •
AI L	10/.		

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta."

A proposição encontra ainda guarida na norma contida no inciso XXX do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Pato Branco, que assim preceitua:

"Art. 47. Compete ao Prefeito:

XXX — contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante autorização da Câmara Municipal;"

A obtenção da contratação do financiamento a que se refere o Projeto de Lei em téla, além de expressa autorização legislativa, estará diretamente vinculada ao atendimento pelo Tomador do Empréstimo (Município de Pato

Paraná



Câmara Municipal de Palo Bras Estado do Paraná

Branco) das disposições consignadas nas normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, nas Resoluções emandas do Senado Federal aplicáveis ao endividamento público, bem como, relativamente as condições impostas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto aos ditames consignados nos artigos 32 à 40.

Assim sendo, após cumpridas as formalidades legais acima enumeradas, que tornem efetivo o financiamento pleiteado, é que deverá o Município dar atendimento ao que prescreve o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, ou seja, consignar no Plano Plurianual o referido investimento, em razão de que o pagamento se dará de forma parcelada, ultrapassando exercícios financeiros subsequentes.

A proposição segue as mesmas disposições contidas na minuta de Projeto de Lei elaborada pelo Banco do Brasil S/A (do. Anexo) para fins de contratação de operação de crédito pelos Municípios para o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos -PMAT.

As operações de crédito do PMAT deverão atender as disposições constantes das Resoluções nº 47, de 2000 e nº 17, de 2001, ambas do Senado Federal, conforme verifica-se do Manual de Instrução de Pleitos - MIP, elaborado pelo Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional - STN. (doc anexo)

Feitas essas considerações, cumpridas as formalidades legais, opinamos em exarar parecer favorável a regimental tramitação da matéria, competindo aos nobres edis a análise de mérito.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branço, 20 de junho de 2017.

José Renato Monteiro do Rosário

Assessor Jurídico

Luciano Beltrame

Procurador Legislativo

Minuta de Lei Autorizadora para as Modalidades: BNDES PMAT Automático – Investimento BNDES PMAT Automático – Máquinas e Equipamentos BNDES PMAT



	N 10	3	ᆔᄉ	de	مام	
	IN.		ne	 ne .	OH:	
,		************	au	 MO.I.I.III	40	

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
FAZ saber que a Câmara Municipal do Município de aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ (valor por extenso), observado as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do

Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores

O Prefeito do Município de,

Sociais Básicos - PMAT.

Parágrafo Único – Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º — Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Primeiro — O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo – No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º – Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

- **Art. 4º** O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.
- Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Tesouro Nacional - STN

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS MANUAL DE INSTRUÇÃO DE PLEITOS - MIP -

AGOSTO/2006



SUMÁRIO

	μ,
1. Apresentação	04
2. Atuação do Ministério da Fazenda na área de Operações de Crédito	05
3. Tipos de Operações de Crédito.	06
Operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)	07
4.2 Vedações	08
4.3 Limites e condições para realização	-09
4.4 Documentação necessária	10
5. Operações de Dívida Fundada Interna	
5.1 Procedimentos para contratação	17
5.2 Vedações	17
5.3 Limites e condições para realização	18
5.4 Documentação necessária	21
5.5 Operações de PMAT/PNAFM	28 28
5.0 Operações de RELOZ	20
6. Operações de Crédito Externo	
6.1 Procedimentos para a contratação	30
6.2 Vedações	32
6.3 Limites e condições para a realização	32
6.4 Documentação necessária	32
7. Operações de Concessão de Garantias	-00
7.1 Vedações7.2 Limites e condições para a realização	33 33
7.3 Documentação necessária	34
	35
8. Procedimentos para alteração de cronogramas de liberação e pagamento	
9. Diretrizes para elaboração do parecer técnico e jurídico	36
10. Metodologia de Cálculo da Receita Corrente Líquida – RCL	38
11. Punições relativas à contratação irregular de operações de crédito	39
12. Endereços e telefones de outros Órgãos	41
	40
13. Legislação	43
Anexos	47
Modelo do Anexo I – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	48
Modelo do Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	49
Modelo do Anexo III – Cronograma de Liberações	51
Modelo do Anexo IV – Cronograma de Dispêndios	52 53
Modelo do Anexo VI – Pedido de Adionzação/Proposta Filme	54
Modelo do Anexo VII – Declaração de não-reciprocidade	57
Anexo VIII – Endereços e telefones das Gerências da STN	58
Modelo de declaração de informação de responsável pela Administração Financeira	59
Demonstrativo da receita e da despesa, por categoria econômica (Anexo I da Lei nº 4.320/64)	60
Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16 da Lei nº 4.320/64)	61
Quadro comparativo das alterações realizadas no MIP em relação à versão anterior - junho de 2006	62



5.5 Operações de PMAT/PNAFM

Os pleitos relativos às operações de crédito ao amparo das Resoluções nº 47, de 2000 e nº 17, de 2001, ambas do Senado Federal, seguem, praticamente, os mesmos trâmites e estão sujeitas às mesmas vedações das operações de crédito interno, com exceção do contingenciamento de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Essas operações são contratadas pelos Municípios com o BNDES ou com o Banco do Brasil, no caso de PMAT, ou com a Caixa Econômica Federal, no caso de PNAFM, e destinam-se a financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos municípios.

A principal particularidade é que tais operações estão excepcionadas dos limites estabelecidos pelo art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e serão, portanto, instruídas apenas com os documentos especificados nas alíneas a, b, d, e, f, g, h, l, o e q da seção 5.4; acrescidos da Certidão de Regularidade Previdenciária — CRP, de que trata a Lei nº 9.717, de 27/11/1998, e de adimplência com o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, em cumprimento ao § 3º, art. 21 da Resolução nº 43.

Cabe esclarecer que documentos não previstos no § 3º do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, estão sendo solicitados com vistas a cumprir exigências específicas da Lei Complementar 101, de 2000 e/ou da Constituição Federal, como é o caso dos pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos e verificação da regra de ouro.

5.6 Operações de RELUZ

Quanto aos pleitos que se inserem no Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido ao amparo da Lei nº 9.991, de 24/7/2000, a única distinção que se apresenta na análise diz respeito aos limites previstos no art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que estão excepcionados nessa espécie de operação, conforme determinado pelo art. 2º da Resolução nº 19, de 2003, também do Senado Federal. No mais, obedecem aos mesmos procedimentos e se submetem às mesmas restrições das demais operações de crédito interno (com exceção do contingenciamento de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional), devendo ser instruídos com todos os documentos elencados na Seção 5.4, exceto os das alíneas m, n e p, além das cópias dos contratos e possíveis aditivos, devidamente assinados e datados.

Nos termos do art. 3º da RSF nº 19/2003, se a operação foi contratada até a data da sua publicação, é necessário que o Estado, ou o Distrito Federal ou o Município comunique ao Ministério da Fazenda a existência da respectiva operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais. Por sua vez, a contratação de operação no âmbito do Reluz após a publicação dessa Resolução está sujeita à análise prévia do Ministério da Fazenda. Os pedidos de autorização para a contratação de tais operações devem ser instruídos de acordo com os documentos aqui especificados, além das minutas dos contratos, para o caso de novos pleitos. Registre-se ainda que, na hipótese de operação de crédito contratada após 6/11/2003, porém sem a autorização prévia do Ministério da Fazenda, é necessária a regularização da operação pendente de autorização, nos termos do § 4º do art. 24 da RSF nº 43, de 2001, incluído pela RSF nº 19, de 2003, sendo necessário também o encaminhamento das cópias dos contratos e possíveis aditivos, devidamente assinados e datados, para o caso de regularização de operações já efetuadas.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2017

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei. ORIGEM: Executivo Municipal.

PROPONENTE: Executivo Municipal PROTOCOLO GERAL: 029198-1/2

ASSUNTO: Autoriza o Poder Executivo a contratar

operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A.

ENTRADA NA COMISSÃO: 21/06/2017 CIENTE DO RELATOR: 21/06/2017 RELATOR: Vereador Joecir Bernardi - SD

SÍNTESE

Através da Mensagem N° 44/2017, o Executivo Municipal propôs o Projeto de Lei nº 74/2017 o qual autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Executivo Municipal em 12 de junho de 2017 protocolou na Secretaria da Câmara Municipal, através da mensagem nº 44/2017 projeto pretendendo obter autorização legislativa para autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, até o valor de 1.000.000,00 (um milhão de reais), para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Em síntese, o referido projeto de lei, tem por objetivo a aquisição de um software denominado de SIG (Sistema de Informações Geográficas) WEB, bem como para a capacitação de servidores na manutenção do cadastro imobiliário dentro do novo sistema, com o consequente recadastramento imobiliário em todo o município através de georeferenciamento e serviço de campo.

Ainda de acordo com a justificativa do presente Projeto de Lei, a proposta contribuirá para o desenvolvimento, influenciando no crescimento da economia e, por conseguinte na melhoria da qualidade de vida de toda a população.

CONSIDERANDO que a proposição está plenamente fundamentada com os documentos indispensáveis e necessários para a sua análise e de fundamentado Parecer Jurídico desta Casa de Leis, o Relator da Comissão de Justiça e Redação, após análise criteriosa da matéria em tela, concluiu por emitir parecer FAVORÁVEL ao projeto de Lei e encaminhá-lo ao setor competente para prosseguimento e após, para apreciação e deliberação em Plenário.

É o Relatório.

CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR Protocolo Geral 94-101-2017-11:E2-02944-1/1

Rua Ararigbóla, 491 - Fone: (46) 3224-2243 - 85.501-262 - Pato Branco - Paraná e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br - site: www.camarapatobranco.com.br





Câmara Municipal de Palo Branco

Estado do Paraná

CONCLUSÃO

Concluímos por emitir parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei nº 74/2017. ş.m.j.

Pato Branco, 28 de junho de 2017.

Joecir Bernardi – SD Presidente

José Gilson Feitosa da Silva – PT Membro Moaci Sregolin – PMDB

Januário Koslinski – PSDB Membro Rodrugo Correia - PSC Membro

-11-711-2017-08:10-029554-1/1



<u>Câmara Municipal de Palo Branco</u>

Gabinete do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD

Excelentíssimo Senhor Carlinho Antonio Polazzo Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



Requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças para que emita parecer quanto ao projeto de Lei nº74/2017, de autoria do **Executivo Municipal**

O vereador infra-assinado, Fabricio Preis de Mello - PSD, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. para que emita parecer quanto ao projeto de Lei nº74/2017, de autoria do Executivo Municipal.

A solicitação é da comissão de Políticas Públicas, que busca informações de como está sendo feito o cadastramento imobiliário no município, qual o programa de software esta sendo utilizado e qual o custo anual para tal cadastramento imobiliário.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 07 de julho de 2017.

Vereador - PSD

Vilmar Maccari

Vereador - PDT

Ronalde Moacir Dalchiavan Veréador – PP





ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 12 (doze) dias do mês de julho do ano de 2017, às 16h, reuniu-se no gabinete do vereador Vilmar Maccari os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores Ronalce Moacir Dalchiavan (Membro), Fabricio Preis de Mello (Presidente), Vilmar Maccari (Membro) para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão e o assessor parlamentar Leandro Gustavo Lamp para secretariar a reunião. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Fabricio Preis de Mello abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o Projeto de Lei Nº 76/2017, de relatoria do vereador Maccari, Que Institui no âmbito do Município de Pato Branco "Junho Vermelho — Doe Sangue, Doe Vida", mês dedicado á realização de ações para conscientização de doação de sangue e revoga as disposições constantes na Lei nº 1424/1995, Vilmar Maccari comentou que é importante esse projeto, pois visa esclarecer a sociedade a importância da doação de sangue, gesto que pode salvar muitas vidas, os demais vereadores concordaram e deliberaram pelo PARECER FAVORÁVEL, visto que o referido projeto tem caráter informativo e educativo. Sobre o Projeto de Lei № 92/2017, que Altera o número de vagas do Cargo de odontólogo e altera nomenclatura da função de mãe social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de relatoria do Vereador Fabricio, Ronalce disse que nas visitas institucionais foi constatado a necessidade de contratação de novos odontólogos, para suprir a demanda dos bairros, sendo assim os pares deliberaram e decidiram em exarar PARECER FAVORÁVEL a este projeto de Lei de autoria do Executivo, Já o Projeto de Lei 74/2017, que Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A e dá outras providências correlatas, de relatoria do Vereador Fabricio, o mesmo aguarda manifestação do Executivo Municipal para esclarecimentos, afim de melhor formação e embasamento de parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos à presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Ronalce Moacir Dalchavah

Membro

bricio Preis de Mello

Presidente

Pato Branco, 12 de julho de 2017.

Assessor Parlamentar

Vilmar Maccari

Membro

Rua Araribóia, 491

Fone: (46) 3272-1500

85501-262

Pato Branco

Paraná

e-mail; legislativo@camarapatobranco.com.br - site; www.camarapatobranco.com.br





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 02 (dois) dias do mês de julho do ano de 2017, às 16h, reuniu-se no gabinete do vereador Vilmar Maccari os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores Ronalce Moacir Dalchiavan (Membro), Fabricio Preis de Mello (Presidente), Vilmar Maccari (Membro) para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão e o assessor parlamentar Leandro Gustavo Lamp para secretariar a reunião. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Fabricio Preis de Mello abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o Projeto de Lei № 94/2016, de relatoria do vereador Ronalce, que altera e acrescenta dispositivos à Lei 4.433, de 25 de setembro de 2014 os pares exararam <mark>PARECER FAVORÁVEL,</mark> a sua tramitação e aprovação. Sobre o <u>Projeto de Lei №</u> 67/2017, que autoriza o Município a permutar imóveis, de relatoria do vereador Fabricio, a comissão decidiu em oficiar o Executivo Municipal para obter melhor esclarecimento da matéria em pauta. O <u>Projeto de Lei 74/2017</u> que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A e dá outras providências, de relatoria do vereador Fabricio, o presidente relator explanou aos demais que aguarda resposta do executivo para então exarar seu parecer. O Projeto 44/2017, que Dispõe sobre liberação das dependências esportivas das Escolas da Rede Municipal de Ensino nos finais de semana às entidades sociais e comunitárias e dá outras providências, de relatoria do Vereador Vilmar Maccari, o mesmo relatou que esta aguardando respostas das secretarias competentes para então exarar seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos à presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Pato Branco, 02 de agosto de 2017.

Ronalce Moacir Dalchiavan

Membro

Vilmar Maccari

Membro

Fabricio Preis de Mello

Presidente

Membu G. Konja .eandro Bustavo Lamp

Assessor Parlamentar

ı Rua Araribóia, 491

Fone: (46) 3272-1500

85501-262

Pato Branco

Paraná

e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br - site: www.camarapatobranco.com.br



Pato Branco, 9 de agosto de 2017.

Offcio nº 74/2017/ACR

Senhor Presidente,

Informamos aos ilustres vereadores respostas relativas ao Ofício nº 613, de 12 de Julho de 2017:

- 1. Do vereador Fabricio Preis de Mello PSDsolicitando que através do departamento competente, providencie a instalação de iluminação pública nas calçadas, nas Ruas Ivaí e Tocantins, mais precisamente nas laterais do viaduto do Bairro Cristo Rei. A solicitação é dos moradores dos Bairros Cristo Rei e Pinheirinho, principalmente as pessoas que frequentam a Academia Evolution, que em sua maioria são mulheres; as mesmas reclamam que a noite o local fica escuro, causando medo e riscos para a população. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 2. Do vereador José Glison Feitosa da Silva PT, reiterando pedidos anteriores, solicitando que sejam tomadas providências para realização de estudo de implantação de rede de esgoto na Rua Governador Jorge Lacerda, entre as Ruas Nereu Ramos e Rui Barbosa, no Centro. Salientamos que desde 1973 o Contrato celebrado entre o Município e a Sanepar, prevê a implantação de rede de escoto na área urbana, mas lamentavelmente atualmente, 44 anos após, nos deparamos com aproximadamente 80 residências no Centro de Pato Branco que despejam dejetos no Rio Ligeiro (como podemos verificar na foto anexa). Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 3. Do vereador José Glison Feltosa da Silva PT solicitando que através do departamento competente (Secretaria Municipal de Saúde), sejam enviadas a esta Casa de Leis, explicações sobre a falta de médico na Unidade de Saúde do Bairro São Cristóvão. O pedido justifica-se em virtude de reclamações da população, que ao buscar suporte na Unidade de Saúde no mês de julho de 2017, deparou-se com restrições no atendimento. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 4. Do vereador José Gilson Feltosa da Silva PT solicitando que seja providenciada a alteração nos vencimentos, após progressão de avanço funcional, aos servidores que protocolaram pedido em outubro de 2016, junto à Prefeitura Municipal de Palo Branco. Justificamos o pedido tendo em vista o direito dos servidores, previstos na Lei nº 3.812, de 4 de abril de 2012, que institui o Plano de Carrelra, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, como também pelo fato que há disponibilidade financeira e orçamentária.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento апехо.

A Sua Excelência o Senhor CARLINHO ANTONIO POLAZZO Presidente da Câmara Municipal Pato Branco - PR

Plne74/2017.







- 5. Do vereador José Gilson Feitosa da Silva PT solicitando enviar a esta Casa de Leis, o RT (Responsável Técnico) do médico encarregado pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, especificando o percentual de gratificação recebido por ele. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 6. Do vereador Moacir Gregolin PMDB solicitando informar esta Casa de Leis, se pretende propor a reformulação do Plano Diretor do Município, e em sendo resposta afirmativa informar quando pretende fazer. Justificamos o pedido tendo em vista algumas alterações que entendemos serem importantes de serem tomadas, e que poderíam ser incluídas numa eventual reformulação, sem precisar propor alterações a lei atual.
 Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 7. Do vereador Rodrigo José Correla PSC solicitando que através do departamento competente (Departamento de Limpeza Pública) providencie a mudança de local da lixeira instalada em frente ao Centro Municipal de Educação Infantil Estação Criança, sito a Rua Guaporé n° 320, no Bairro Santo Antônio. A solicitação é do morador vizinho à Creche, uma vez que a lixeira fica na divisa do seu terreno e todos os dias precisa Ilmpar o local, pois os animais acabam rasgando os sacos de lixo. Solicitamos também, que após a mudança, seja adequada visando coibir a ação dos animais.
 Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento
- 8. Do vereador Rodrigo José Correia PSC solicitando que através do departamento competente, providencie a colocação de cobertura no ponto de ônibus de transporte coletivo em frente ao Colégio Estadual São Vicente de Paula, localizado na Rua Fernando Ferrari, nº 440, Bairro São Vicente. A referida cobertura de ônibus possibilitará maior conforto para as pessoas que necessitam esperar o transporte coletivo.
 Resposta: Efetuada pela Secretaría responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 9. Do vereador Ronalce Moacir Dalchiavan PP solicitando que através do departamento competente, providencie a execução dos serviços de recapeamento asfáltico ou operação tapa buracos, com urgência, nas Ruas Joana Zucco e Roberto Colli, no Bairro Jardim Floresta. A solicitação é dos moradores que requerem a execução da obra, tendo em vista o péssimo estado das referidas vias públicas e buscando garantir a segurança de todos. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 10. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS e Fabricio Preis de Mello PSDsolicitando enviar a esta Casa de Leis, cópia do alvará de aprovação e funcionamento, dos estabelecimentos comerciais localizados na quadra nº 76, lotes 04 e 20, Centro. A solicitação é dos moradores, visto que pessoas acamadas e idosas que ali residem, reclamam que está havendo perturbação de sossego. No Código de Postura Municipal, no Capítulo V, Dos Divertimentos Públicos, o Artigo 29 cita "A instalação e funcionamento de dancings e boltes dependem de prévia licença da municipalidade. Parágrafo único: Não será permitida a localização desses estabelecimentos em edifícios residenciais". Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 11. Dos vereadores Joecir Bernardi SD e Marco Antonio Augusto Pozza PSD, atendendo pedido da população, solicitando que através do departamento competente, providencie a inclusão no Programa Asfalto 100%, da Rua Maria Bombarda Oldoni, desde a Rua Ararigbóia até a Rua Sady Viganó, no Bairro Parque do Som.







Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

- 12. Dos vereadores Joecir Bernardi SD e Marco Antonio Augusto Pozza PSD, atendendo pedido da população, solicitando que através do departamento competente, providencie a inclusão no Programa Asfalto 100%, da Rua UrbanoWillman, desde a Rua Ararigbóia até a Rua Azelino Dala Costa, no Bairro Parque do Som.
 Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 13. Dos vereadores Joecir Bernardi SD, Rodrigo José Correta PSC e Vilmar Maccari PDT, atendendo pedido da população, solicitando que através do departamento competente, providencie a inclusão no Programa Asfalto 100%, da Rua Sady Viganó, desde a Rua Industrial até a esquina da Rua Maria Bombarda Oldoni, no Bairro Parque do Som. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 14. Dos vereadores Fabricio Preis de Mello PSD,Ronalce Moacir Dalchiavan PP e Vilmar Maccari PDT, membros da Comissão de Políticas Públicas,solicitando que através do departamento competente (Secretaria Municipal de Administração e Finanças), seja analisado e posteriormente encaminhado a esta Casa de Leis parecer sobre o Projeto de Lei nº 74/2017, Mensagem nº 44/2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. A solicitação se faz visando buscar informações de como está sendo feito o cadastramento imobiliário no município, qual o programa de software que está sendo utilizado e qual o custo anual para tal cadastramento imobiliário.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

- 15. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Claudemir Zanco PDT, Fabricio Preis de Mello PSD, Joecir Bernardi SD, José Gilson Feltosa da Silva PT, Marco Antonio Augusto Pozza PSD, Marines Boff Gerhardt PSDB, Moacir Gregolin PMDB, Rodrigo José Correia PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan PP e Vilmar Maccari PDT solicitando que através do departamento competente, providencie o recolhimento do lixo que se encontra depositado na nascente do Rio Ligeiro, no Bairro Alvorada. O pedido justifica-se com vistas a garantir a manutenção dos recursos hídricos provenientes do Rio Ligeiro, evitando também possíveis impactos ao melo ambiente.
 Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento
- 16. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Claudemir Zanco PDT, Fabricio Prels de Mello PSD, Joecir Bernardi SD, José Gilson Feitosa da Sliva PT, Marco Antonio Augusto Pozza PSD, Marines Boff Gerhardt PSDB, Moacir Gregolin PMDB, Rodrigo José Correla PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan PP e Vilmar Maccarl PDT solicitando que através do departamento competente, providencie a colocação de placas de sinalização (horizontal e vertical), na Rua Uruguaiana, no Bairro Novo Horizonte. O pedido justifica-se com vistas a garantir a segurança para pedestres e condutores que trafegam diariamente pelo local.

anexo.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

17. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Claudemir Zanco - PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Gilson Feltosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - PMDB, Rodrigo José Correla - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT solicitando que através do departamento competente, providencie a limpeza da Praça







do Bairro Industrial, na Rua Frederico Squarizzi, O pedido justifica-se com vistas a garantir que o espaço seja um ponto de encontro das famillas e dos jovens, contribuindo para o bem-estar e o lazer da população local.

Resposta; Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

- 18. adores Carlínho Antonio Polazzo PROS, Claudemir Zanco PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - PMDB, Rodrigo José Correia - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT solicitando que através do departamento competente, providencie a colocação de containers de lixo no Bairro São Vicente. O pedido justifica-se com vistas a garantir a correta separação do lixo produzido em todo o bairro. Resposta; Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento
 - anexo.
- 19. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Claudemir Zanco PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Glison Feitosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin -PMDB, Rodrigo José Correla - PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan - PP e Vilmar Maccarl - PDT solicitando que através do departamento competente, providencie a construção de calçadas na Rua Princesa Isabel, no Bairro Alvorada. O pedido justifica-se com vistas a garantir uma maior segurança aos moradores que trafegam pela rua. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 20. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Claudemir Zanco PDT, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - SD, José Gilson Feltosa da Silva - PT, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin -PMDB, Rodrigo José Correla - PSC, Ronalce Moach Dalchiavan - PP e Vilmar Maccari - PDT solicitando que através do departamento competente, providencie a colocação de câmeras de segurança no Bairro Alvorada, bem como, que seja intensificado o policiamento no local. O pedido justifica-se com vistas a garantir a manutenção da segurança no Bairro e da população que ali reside, bem como para prevenir a ocorrência de possíveis crimes. Resposta: De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças depende de orçamento e licitação.

Respeitosamente.

JA-FERNANDES DE CARVALHO Assessora de Captação de Recursos





MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Secretaria Mun de Adm e Finanças.

Divisão de Cadastro Imobiliário Rua Caramuru, 271 - Centro. 85501-060 - Pato Branco - PR Email: Cadastro@patobranco.pr.gov.br

MEMORANDO Nº 040/2017

Pato Branco, 17 de julho de 2017.

Para: Secretaria de Gabinete (Marcia)

De: Chefe da Divisão de Cadastro Imobiliário

Assunto: Informações cadastrais

Em atendimento ao Oficio nº 613, de 12 de julho de 2017, expedido pela Câmara Municipal de Vereadores, solicitando informações Cadastrais, com base no Projeto de Lei nº 74/2017, Mensagem 44/2017, a Divisão de Cadastro Imobiliário, através da Secretaria Mun de Adm e Finanças, informa que toda coleta de dados cadastrais é realizada pelo alvará de Construção e Carta de Habite-se, quando for área documentada, as áreas edificadas não documental, chamadas obras frias, são sempre realizada através de vistoria de campo, com ferramentas manuais, utilizando trena convencional, prancheta e boletim cadastral impresso, com vistorias em pontos específicos ou por denuncia espontânea do proprietário.

Considerando que a ultima atualização geral imobiliária foi feita no exercício de 2005, e por tanto esta a mais de 12 anos sem atualização geral. Sendo assim se faz necessário uma nova atualização cadastral, pois do contrario o município estará perdendo receita de IPTU e ITBI, tendo em vista que os dois tributos são ligados diretamente com as áreas edificadas. No entanto de forma convencional, não se consegue manter atualizada as áreas edificadas, principalmente as ampliações, que na maioria das vezes não são regularizadas junto ao Cadastro Imobiliário.

A Divisão de Cadastro Imobiliário na maioria das vezes encontra dificuldades na realização das vistorias para efetuar a medição das áreas novas construídas ou ampliadas e não documentadas por alvará de construção, pelo fato do imóvel estar fechado não dando condições de acesso para o funcionário efetua a medição, ou então pelo fato de que o proprietário não autoriza que seja medido seu imóvel, por saber que aquele trabalho reflete no valor do imposto.

Considerando que o Município não possul um software próprio, com ferramentas modernas e adequadas ao sistema imobiliário, seria de extrema importância a implantação do sistema Geoprocessamento, tendo como ferramenta complementar, um Drone, entre outras que facilitassem o alcance da informação de maneira precisa e correta, objetivando atualização Cadastral do município, com

PEFIS 2 See Property Control of the Property Control o

ênfase nos dados tributários aplicados no cálculo do IPTU, a partir de fotointerpretação de imagens orbitais, aéreas e terrestres, GPS e entrevistas de campo, de forma a contribuir com a justiça fiscal.

Atenciosamente,

João Caribis Bale.

Chefe da Divisão de Cadastro Imobiliário

Port. Nº 120/2016



Câmara Municipal de Palo Branco



Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD

Excelentíssimo Senhor
Carlinho Antonio Polazzo
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Reitera a Secretaria de Administração e Finanças, Divisão de Cadastro Imobiliário, para que emita parecer ao projeto de Lei nº 74/2017, de autoria do executivo municipal.

Os vereadores infra-assinados, Fabricio Preis de Mello — PSD, Ronalce Moacir Dalchiavan — PP e Vilmar Maccari - PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando para que através do departamento de Administração e Finanças, Divisão de Cadastro Imobiliário, emita parecer ao projeto de Lei n° 74/2017, de autoria do executivo municipal.

A solicitação é para que a secretaria responda qual o programa de computador é utilizado atualmente para o cadastramento imobiliário, como foi realizado a ultima atualização geral em 2005, citada no memorando n°040/2017, qual o custo anual para o cadastramento imobiliário atual, qual a diferença do software utilizado, para o SIG WEB, bem como informe, quais as maiores dificuldades encontradas pelo cadastramento imobiliário no presente momento.

Os questionamentos elencados são de suma importância para exarar parecer à matéria.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 11 de agosto de 2017.

Fabricio Preis de Mello Vereador - PSD

Vilmar Macc

Vereador - PDT

Ronalce Moacir Dalchiavan Vereador – PP





COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 74/2017

O projeto em tela tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a contratar financiamento (operação de crédito) junto ao Banco do Brasil S.A, até o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a contratação tem por objetivo investimentos na forma do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Os recursos serão utilizados para aquisição de um software denominado SIG (Sistema de Informações Geográficas) WEB, bem como, para a capacitação dos servidores na manutenção do cadastro imobiliário dentro do novo sistema, com o consequente recadastramento imobiliário em todo município através de georreferenciamento e serviço de campo.

Após análise do projeto, e tendo conhecimento de que atualmente a Divisão de Cadastro Imobiliário não possui um software próprio, com ferramentas modernas e adequadas ao sistema imobiliário, entende-se que é de extrema importância a implantação do sistema Geoprocessamento.

Sabe-se ainda, através da Secretaria Municipal de Administração e Financas, que a última atualização imobiliária foi feita no exercício de 2005, a atualização se faz necessário, para que o Município mantenha os cadastros atualizados, aumentando assim, a receita de IPTU e ITBI.

Considerando que acrescendo a arrecadação, de maneira justa, sem o aumento nos impostos, a população como um todo será beneficiada, pois o Município terá mais recursos para investimentos.

Sendo que pelo interesse público e pela legalidade, optamos por exarar PARECER FAVORÁVEL, a sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer. Pato Branco, 10 de agosto de 2017.



Câmara Municipal de Pato Branco Estado do Paraná



Presidente da Comissão - Relator

Ronalce Modcir Dalchiavon - PP

Membro

Membro



Câmara Municipal de Palo Branco

Estado do Paraná

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 16h, reuniu-se no gabinete do vereador Vilmar Maccari os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores Ronalce Moacir Dalchiavan (Membro), Fabricio Preis de Mello (Presidente), Vilmar Maccari (Membro) para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão e o assessor parlamentar Leandro Gustavo Lamp para secretariar a reunião. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Fabricio Preis de Mello abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o Projeto de Lei Complementar № 02/2017, "Institui o regime próprio de previdência social no município de Pato Branco a legislação vigente e dá outras providências", o presidente relator foi o vereador Fabricio, que expôs aos demais pares o tema, e a relevância da matéria objeto, os vereadores sendo conhecedores da referida matéria exararam PARECER FAVORÁVEL a tramitação do projeto em tela. O Projeto de Lei N°74/2017, "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas", também de relatoria do presidente da comissão, vereador Fabricio, trata-se da aquisição de um software de georreferenciamento, para ajudar o Município na fiscalização de obras irregulares, e como finalidade contribuir para a atualização no cadastro imobiliário e arrecadação justa de ITBI e IPTU, os nobres pares deliberaram em exarar PARECER FAVORÁVEL, a tramitação e aprovação. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos à presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Pato Branco, 30 de agosto de 2017.

Ronalce Moacir Palchiavar

Membro

Vilmar Maccari Membro Fabricio Preis de Mello

Presidente

Leandro Gustavo Lamp

Assessor Parlamentar

Rua Araribóia, 491

Fone: (46) 3272-1500

85501-262

Pato Branco

Paraná



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Ofício nº 87/2017/DA

Pato Branco, 1º de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Informamos ao ilustre vereador resposta relativa ao *item 11* do Ofício nº 690, de 15 de agosto de 2017:

11. Dos vereadores Fabricio Preis de Mello – PSD, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari - PDT, membros da Comissão de Políticas Públicas, solicitando que através do departamento competente (Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Divisão de Cadastro Imobiliário), seja analisado e posteriormente encaminhado a esta Casa de Leis, parecer relativo ao Projeto de Lei nº 74/2017, Mensagem nº 44/2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. Informar também qual o programa de computador é utilizado atualmente para o cadastramento imobiliário; como foi realizada a última atualização geral em 2005, citada no memorando nº 040/2017; qual o custo anual para o cadastramento imobiliário atual; qual a diferença do software utilizado, para o SIG WEB; quais as maiores dificuldades encontradas pelo cadastramento imobiliário atualmente. Os questionamentos elencados são de suma importância para que os membros da Comissão possam exarar parecer à matéria. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o

Respeitosamente,

documento anexo.

CLEVERSONMALAGI
Diretor do Departamento de Administração

A Sua Excelência o Senhor CARLINHO ANTONIO POLAZZO Presidente da Câmara Municipal Pato Branco – PR





Oficio 018/2017

De: Secretária de Administração e Finanças / Secretaria de Planejamento Urbano

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Data: 24/08/2017

Ref: Projeto de Lei 074/2017

Em atendimento a vossa solicitação esclarecemos os fatos:

Informamos que o programa utilizado hoje no setor de cadastro imobiliário no município é o software da Governança Brasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços Públicos o ARcetil - Administração de Receitas Desenvolvimento / Suporte, o sistema que tem como objetivo administrar as receitas de forma integrada através do cadastro existente; dá suporte às ações de recuperação de créditos; controla e contabiliza automaticamente a movimentação financeira com absoluta segurança e mantém a integridade de todos os dados. A automação de processos elimina fraudes e permite controle total das operações fiscais.

O sistema atual usa informações levantadas a campo desde 2005 data da última atualização cadastral do município realizada por equipe interna da prefeitura com apoio de estagiários e utilização de trenas, isso é, todo o cadastro feito manualmente sem o apoio de tecnologias.

O sistema utilizado hoje será mantido pois atende as necessidades administrativas nas ações de recuperação de créditos, porém não detém de tecnologias para a produção e disponibilização de informações e de mapas temáticos para a população. O Sistema de Informações Geográficas (SIG) será integrado ao ARCetil, que também é integrado com API Google Maps, é desenvolvido em JAVA; com tecnologia compatível com GeoServer (servidor de mapas) e faz uso de biblioteca padrão GeoTools, assim diversos setores da administração municipal podem se beneficiar do SIG, planejamento e serviços urbanos, políticas sociais, meio ambiente, saúde, educação entre outras. A partir da atualização da base cartográfica cadastral do municipal, o SIG incorpora, através de referências geográficas, outras bases de dados relacionadas ao cadastro imobiliário, zoneamento urbano, patrimônio público, vazios urbanos, iluminação pública, meio ambiente entre outras informações.

Estamos falando no conceito relativamente recente, o conceito de Smart City já se





consolidou como assunto fundamental na discussão global sobre o desenvolvimento sustentável a modernização da gestão pública.

Com o novo sistema (SIG) a população e profissionais poderão ter acesso às informações de maneira mais ágil e rápida, sobre os lotes, como seu número de cadastro (ou inscrição imobiliária), sua utilização, área, testada, zoneamento, localização, etc. sem se deslocar até a prefeitura.

Permite analisar o espaço físico do município como um todo, podendo, assim, associar todas as informações disponíveis e tomar a melhor decisão.

Por ter plataforma do Google Maps para navegação, é possível o acesso de qualquer computador conectado à internet, com ótima qualidade de navegação;

1. O que é o sistema SIG WEB?

O Sistema de Informações Geográficas (SIG) podem ser entendidos como um conjunto de programas, equipamentos, metodologias, dados e pessoas (usuários), integrados, de forma a tornar possível a coleta, o armazenamento, o processamento e a análise de dados georreferenciados (informações com referências geográficas).

A espacialização dos dados cadastrais por meio de aplicativo de SIG apresenta uma série de vantagens, tais como: facilidade de visualizar, relacionar e analisar dados relacionados ao território, bem como de preparar rapidamente mapas temáticos para a visualização de variáveis de interesse.

O SIG processa dados georreferenciados viabilizando a realização de analise espaciais por meio de cruzamento da base cartográfica com diferentes bases de dados. É um sistema que permite a integração de imagens (fotografias ou imagens de satélite), dados vetoriais (definidos através de pontos, linhas e polígonos) e atributos descritivos representados em banco de dados convencionais. A tecnologia facilita a realização de uma série de rotinas, como, por exemplo: seleção de áreas para recadastramento, analise de vazios urbanos, avaliação de áreas de preservação ou áreas de risco, identificação de inconsistência cadastrais, monitoramento da arrecadação e das ações de cobrança, ou priorização de áreas para investimentos públicos.

2. OBJETIVOS DO PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da







Gestão dos Setores Básicos.

Atualização e gestão das informações cadastrais e territoriais do Município de Pato Branco com Implantação de Sistema de Informação Geográfica SIG-WEB, integração do Cadastro Técnico com a Cartografia Municipal; Módulo de Consulta de Viabilidade de Parcelas Territoriais, Gestão da Iluminação Pública, Gestão da Arborização, das Estradas Rurais, do Tributário e Gestão Social; Capacitação, treinamento e assessoria em Geotecnologias.

Sendo essas as informações complementares para resposta ao Oficio em epigrafo, colocamo-nos a disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Silmara T. B. Strassburger Diretora IPPUPB Portaria N°129 01/03/2016

SILMARA T. B. STRASSBURGER

Diretora de Desenvolvimento Urbano



😕 Ustudo do Parana 🚓

Gabinete do Vereador Fabricio Preis de Mello ≓RSD

Excelentisemosenhon Gerijuho Ahremoropezzo Erreidante de realmater Muhitapa et Reno Elemen

> kuling a Sematenta de Administração é filhengas; Obligado do Gadatro (mobilizão, para que cadia paracaza podato de ligação MUMA, da aumitado executivo municipals.

Or verceriores interestinedes, trebrido flust de Udito — FED tronclica.

Il decidi de la interesta esta esta en la interesti de la interestima del interestima de la interestima de la interestima de la interesti

A collecter of pene course recently decided of the property of the collecter of the collect

(Operate) किल्ला है। श्रीतार्थ का कार्याचार के लिए किला किला के लिए के

Proton Escaption, in the East and include contra

isalahidi oleksika ini elikulla Waranjalah (1881) ingaveliki (North Delkileven) Vienereder – 1717

Williamen Wileastorian Weigelecologe, William



COMISSÃO DE FINANCAS E ORCAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2017

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, em reunião ordinária, reuniram-se no gabinete do Vereador MARCO ANTONIO AUGUSTO POZZA – PSD, os vereadores componentes da Comissão de Orçamento e Finanças: Claudemir Zanco – PDT (Membro) e Marines Boff Gerhardt – PSDB (membro), para tratar a respeito da Projeto de Lei nº74/2017. O presidente, Marco Antonio Augusto Pozza, e relator da matéria, explicou a respeito do projeto e das 🗟 deliberações da matéria, a qual busca autorização legislativa para contratar ? operação de crédito até o limite de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) junto ao 🗟 Banco do Brasil S.A, com a finalidade de Modernização da Administração Tributária 🔓 e da Gestão de Setor Sociais Basicos – PMAT, regularizando assim o cadastro 🖰 imobiliário no que tange as áreas edificadas através do sistema (software) de informações geográficas WEB, possibilitando o georeferenciamento e serviço de campo para tanto. Após o estudo e breve relatório, a Comissão de Orçamento e Finanças exarou parecer FÁVORÁVEL a aprovação da referida matéria.

Sendo o que tinham a tratar, foi encerrada a reunião, lavrada a ata que segue assinada pelos presentes.

Pato Branco, 04 de setembro de 2017.

MARCO, ANT ONIO POZZA - PSD

PRESIDENTE

CLAUDEMIR 这 **MEMBRO**

CAMARA MUNICIPAL DE PATO EKANDO

Offcio nº 88/2017/DA

Pato Branco, 5 de setembro de 2017.

Senhor Presidente,
Informamos aos ilustres vereadores respostas relativas ao Ofício nº 690, de 15 de ': agosto de 2017:

1. Do vereador José Glison Feitosa da Silva - PT solicitando que através do departamento competente, sejam tomadas providências, bem como enviar a esta Casa de Leis, explicações referente às matérias publicadas no Jornal Diário do Sudoeste, Edições nº 6950 e nº 6951, de 11, 12 e 13 de agosto de 2017, as quais tratam da exoneração da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Antonieta Terezinha Chioquetta, bem como da servidora Nadiely Oliveira da Silva, conforma segue: providenciar abertura de Processo Administrativo para apurar as possíveis irregularidades; apresentar quais são as irregularidades citadas na matéria; informar o nome do servidor, sob matrícula nº 7503-5; especificar o nome das pessoas envolvidas na denúncia; apresentar as denúncias anônimas apontadas na matéria. Justificamos o pedido tendo em vista o descontentamento desta Casa de Lels com relação à Administração Municipal no que concerne a gestão da Secretária Municipal de Saúde, e mesmo para o devido acompanhamento.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

2. Do vereador José Gilson Feltosa da SIIva - PT solicitando enviar a esta Casa de Leis o projeto para adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Magistério (Lei nº 3.812/2012), que tem como finalidade proporcionar a valorização dos cargos exercidos pelos servidores públicos.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

3. Do vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT solicitando que através do departamento competente, sejam enviadas a esta Casa de Leis, cópia dos documentos referentes ao Processo nº 217/2012, Modalidade de licitação CP nº 18/2012, de 15 de maio de 2012, os quais sejam: relatório de controle tecnológico dos serviços executados (previstos na Requisição de compras com despesa nº 223/2012, item 2, entrega do serviço); termo circunstanciado provisório; termo circunstanciado definilivo; notas fiscals e faturas emitidas pela contratada correspondente a cada serviço (previsto no item 2, entrega do serviço, ponto 6). O pedido justifica-se, devido a falta da documentação no Contrato de prestação de serviço, e para a devida conferência.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

A Sua Excelência o Senhor CARLINHO ANTONIO POLAZZO Presidente da Câmara Municipal Pato Branco - PR

Plos 14 2017



Fis 33 Visio

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4. Do vereador José Gilson Feltosa da Silva PT solicitando enviar a esta Casa de Leis explicações referentes ao pedido direcionado a servidora Edinéia Sandra da Silva Schmidt, para que a mesma respondesse o Memorando nº 254/2017. O pedido justifica-se, pois, no dia 7 de agosto de 2017, foi encaminhado à Unidade de Saúde do Bairro São Cristóvão, Memorando nº 254/2017, com algumas indagações, e que a enfermeira Gracieli Ariani Avila, determinou que a zeladora Edinéia Sandra da Silva Schmidt respondesse o memorando, conforme comprovação das declarações em anexo. Ainda, sabe-se que não é função da servidora no cargo de zeladora responder as indagações.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 5. Do vereador José Gilson Feltosa da SIlva PT solicitando que através do departamento competente, sejam tomadas providências visando efetuar a revitalização da quadra de futebol de areia, no Balrro Planalto, Rua dos Cardeais, esquina com São Francisco de Assis. Justificamos o pedido tendo em vista as condições precárias que se encontra a quadra (fotos anexas), o que impossibilita sua utilização pelos jovens da comunidade, que necessitam de área de lazer para suas práticas esportivas.
 Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 6. Do vereador Ronalce Moacir Dalchlavan PP solicitando que através do departamento competente, providencie a limpeza no terreno municipal próximo ao rio, na Rua Altamira, Bairro Bonatto. Justificamos este pedido, atendendo solicitação dos moradores, tendo em vista o estado em que se encontra o terreno, com o mato alto e vários entulhos. Fotos anexas.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 7. Do vereador Ronalce Moacir Dalchiavan PP, reiterando pedidos anteriores, solicitando que providencie a execução de pavimentação asfáltica nas Ruas Passo Fundo, Caxambu, São Pedro, Santa Rita e São Miguel, no Baliro Sudoeste. Justificamos este pedido, pois o Bairro Sudoeste foi o único balirro não contemplado com o Programa Asfalto 100%. A única rua que recebeu pavimentação neste Baliro foi a Rua São Francisco, há cinco anos, nem mesmo a principal entrada do bairro recebeu pavimentação.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 8. Dos vereadores José Gilson Feitosa da Silva PT e Rodrigo José Correla ~ PSC solicitando que providencie a execução da obra de extensão de rede de iluminação pública na Rua Marília, entre as Ruas Leopoldina lunk e João Lora, no Conjunto Habitacional Santa Fé, Balrro Jardim Floresta. Justificamos o pedido tendo em vista a solicitação antiga dos moradores, e considerando que a extensão de rede de iluminação pública proporcionará aos moradores maior segurança, inibindo assim ações adversas que por falta de luminosidade poderão vir a ocorrer.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 9. Dos vereadores José Gilson Feltosa da Silva PT e Rodrigo José Correia PSC solicitando que providencie a execução da obra de extensão da rede de iluminação pública na Rua Terezinha Duarte, entre as Ruas André Cavali e Rua Ival, no Conjunto Habitacional Santa Fé, Bairro Jardim Floresta. Justificamos o pedido tendo em vista a solicitação antiga dos moradores, considerando que a extensão de rede de iluminação pública proporcionaval aos moradores maior segurança, inibindo assim ações adversas que por falta de luminosidade poderão vir a ocorrer.





Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

- 10. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Marco Antonio Augusto Pozza PSD e Rodrigo José Correla PSC solicitando enviar a esta Casa de Leis o teor dos indícios que originaram a abertura de sindicância, para investigação da aquisição e entrega de medicamentos e material médico hospitalar, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme divulgado pela imprensa. O pedido justifica-se para que os vereadores tenham conhecimento do teor dos indícios referidos.
 - Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 11. Dos vereadores Fabricto Preis de Mello PSD, Ronalce Moacir Dalchlavan PP e Vilmar Maccari PDT, membros da Comissão de Políticas Públicas, solicitando que através do departamento competente (Secretaria Municipal de Administração e Finanças Divisão de Cadastro Imobiliário), seja analisado e posteriormente encaminhado a esta Casa de Leis, parecer relativo ao Projeto de Lei nº 74/2017, Mensagem nº 44/2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. Informar também qual o programa de computador é utilizado atualmente para o cadastramento imobiliário; como foi realizada a última atualização geral em 2005, citada no memorando nº 040/2017; qual o custo anual para o cadastramento imobiliário atual; qual a diferença do software utilizado, para o SIG WEB; quais as malores dificuldades encontradas pelo cadastramento imobiliário atualmente. Os questionamentos elencados são de suma importância para que os membros da Comissão possam exarar parecer à matéria. Resposta efetuada através do Ofício nº 87/2017/DA, de 1º de setembro de 2017.
- 12. Dos vereadores Ronalce Moacir Dalchiavan PP, Rodrigo José Correla PSC e Fabricio Preis de Mello PSD solicitando que através do departamento competente, providencie a instalação de corrimão na rampa de acesso ao parquinho no CMEI Criança Feliz, no Bairro Industrial. Justificamos este pedido, pois, conforme foto anexa pode-se perceber a altura da lateral da rampa, sem proteção, o que deixa as crianças expostas a acidentes.
 - Resposta: Efeluada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 13. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Fabricio Preis de Mello PSD, Rodrigo José Correia PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan PP solicitando que através do departamento competente, seja instalada grade de proteção nas janelas da cozinha do CMEI Três Marias, no Bairro Novo Horizonte. Justificamos este pedido, atendendo solicitação dos moradores, tendo em vista que o referido CMEI já foi assaltado três vezes. Os delinquentes aproveitaram que a janela da cozinha fica nos fundos da creche, quebraram o vidro e roubaram os alimentos que estavam na bancada próxima à janela. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 14. Dos vereadores Fabricio Preis de Mello PSD, Marco Antonio Augusto Pozza PSD, Rodrigo José Correla PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan PP solicitando que através do departamento competente, providencie a colocação de grade de proteção para o refleto de iluminação na parte externa da UPA Unidade de Pronto Atendimento. Justificamos o





DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

pedido, tendo em vista que este tipo de refletor aquece muito quando está ligado, tornandose perigoso devido à falta de grade de proteção, conforme foto anexa.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

- 16. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Fabricio Preis de Mello PSD, Rodrigo José Correja - PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP solicitando que através do departamento competente providencie os servicos de plantio de grama no parquinho do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Três Marias, no Bairro Novo Horizonte. O pedido se faz conforme visita realizada pelos vereadores na última quinta-feira, dia 10 de agosto, quando foi constatado que o parquinho, local de lazer e descanso, é de chão batido e pequenas pedras. Tal fato implica em diversos riscos para a saúde das crianças. Resposta: Efeluada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 16. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo PROS, Fabricio Preis de Mello PSD, Marco Antonio Augusto Pozza - PSD e Rodrigo José Correla - PSC solicitando que através do departamento competente providencie a construção de uma lombada na Rua Senador Teotônio Vilela, 260, Bairro Dal'Ross. Na referira rua existem diversas empresas instaladas e, por consequência, conta com grande fluxo de velculos, o que vem gerando preocupação aos empresários com relação à segurança daqueles que trafegam pelo local. Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.
- 17. Dos vereadores Carilinho Antonio Polazzo PROS, Fabricio Preis de Mello PSD, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP solicitando que através do departamento competente providencie a instalação de armários na cozinha do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Três Marlas, no Bairro Novo Horizonte. O pedido se faz conforme visita realizada pelos vereadores na última quinta-feira, dia 10 de agosto, quando foram constatados que muitos produtos não estão sendo guardados em local adequado por falta de armários, o que implica em condições não Ideals de armazenagem dos alimentos ofertados às crianças.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

18. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Fabricio Preis de Mello - PSD, Rodrigo José Correia - PSC e Ronatce Moacir Dalchiavan - PP solicitando que através do departamento competente providencie a aquisição de um bebedouro novo para o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Criança Feliz, no Bairro Industrial. O pedido se faz conforme visita realizada pelos vereadores na última sexta-feira, dia 11 de agosto, quando foi constatado que o atual bebedouro colocado à disposição das crianças e dos servidores está estragado e em péssimas condições de uso.

Resposta: Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo,

arm'

Respeitosamente,

CLEVERGON Diretor do Departamento de Administração

PROJETO DE LEI Nº 74/2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observadas as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

- Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.
- § 1º O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.
- § 2º No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.
- § 3º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.
- Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.
 - Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



B5 Edição nº 6972

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 112/2017, PREGÃO PRESENCIAL nº 40/2017. EMPRESA: Wainer Titon - ME, pessoa juridica de direito privado, CNPJ/MF nº 84.969.898/0001-09, inscrição estadual nº 31700294-79, estabelecida na Rua 6, nº 775, sala, centro, CEP 85.525-000, na cidade de Mariópolis, Estado do Parana. Objeto: a Implantação de Registro de Preços para futura eventual aquisição de câmeras de monitoramento. Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura de ala de registro de prepos. Dos Pagamentos. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, com Certificação de Entrega, emitida pelo Departamento recebedor. Da Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da licitação correrão por conta dos recursos da Dolação Orçamentária: 03.00 - Departamento de Administração - 03.01 - Divisão de Administração - 04.122.0003.2.003 - Manutenção dos Serviços Administrativos - 33.90.30 - Material de Consumo - Fonte (000) -4.4.90.52 - Equipamento e Material Permanente. Os recursos que não forem utilizados o saldo fica automaticamente extinto. Da Contratação e Entrega: As licitantes que tenham seus preços registrados obrigar se-ão a cumprir todas as condições dispostas na Ala de Registro de Preços. A contratação terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da devida publicidade legal. A cada aquisição será emitida Nota de Empenho respectiva em favor da licitante vencedora. A contratada erà comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e cito) horas, a ocorrencia de qualquer falo que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação. O prazo de convocação poderá ser proπogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedo: rrante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito

a Administração. Na hipótese de a licitante primeira classificada ter seu registro cancelado e/ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderá ser firmada contratação com a segunda classificada, desde que nas mesmas condições propostas pela primeira e atendidas as especificações e prazos exigidos neste Edital. A entrega dos materiais, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade em até 10 (dez) dias após a solicitação, e será formalizada através da autorização de compras, emitida pelo Departamento de Compras do órgão solicitante, nas quantidades ali determinadas. Poderão utilizar-se desse Registro de Preços os diversos departamento municipais. Das Obrigações da Contratada: Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, inciso XIII, da Lei do Licitações nº 8.666/93). Deverá a Contralada reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vicios, defeitos ou incorreções resultantes por ocasião da entrega, ou ainda má qualidade na entrega dos produtos. Da Vinculação: Esta ata esta inculada ao edital de Pregão Presencial nº 40/2017 e à proposta do licitante vencedor. O produto a ser fornecido é:

Item	Descrição do	Quantidade	Valor	Valor	Marca
	produto		unitário	lolai	
1	Câmera 10mt	24			Intelbras
	VHD 1010B		117,00	2.808,00	
2	DVR 8 canais	5			Inteloras
	com HD de 1		1		
	TEI		985,00	4.925,00	
3	Fonte 10A	5			Tc
	12V Ventilada		69,00	345,00	
4	Cabo ADMI	5			Chip
	com 3ml		16,90	84,50	
5	Video balum	32			Lux
			18,90	604,80	vision
6	Conector P4	24	1,46	35,04	hyx
VALOR TOTAL				R\$ 8.802,	

FORO; Comarça de Clevelândia, Município de Mariópolis - Contratante - Neuri Roque Rossetti Gehlen - Prefeito Municipal, Mariopolis, 1 de Setembro de 2017.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 002/2017, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017. PROCESSO SE-LETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017, TORNAR PÚBLICO o resultado preliminar da análise das inscrições dos candidatos. A publicação na integra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrôni-co: http://www.dioems.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

ANABORNO DE TRAPEJARA D'OESTE - ESTADO DO FARANÁ
COMISSÃO DE LICTIAÇÃO - EDITAL DE PREDÃO PRESENCIAL M° 897/8617
JULGAMENTO
LICAGAMENTO
LI

EXTRATO DE CLASSIFICAÇÃO - MELHOR PROPOSTA						
Chisacação	ITENS	EMPRESA VENCEDORA				
01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 12, 22, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 6 39		PORTO SEGURO COMPANHA DE SEGUROS GERAIS				
	05, 11, 16 e 18	NÃO HOUVE PROPONENTE INTERESSADO				
B. Company N. C.						

Por revesar apos e em consona em 06/09/2017, as 159/00/20

Rapejara D'Oesla - PR, 12 de Selambro de 2017.

denta da Comisalio

Membro da Corrissão

Membro da Cemissão

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017 -- PMR AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Torno pública a Homologação do Pregão Presencial nº 068/2017 - PMR. Objetivando a Contratação de empresa Cujo objeto é a Contratação de empresa para fo cação de talheres, taças, toalhas e capas para cadeira, por ocasião das comemora ções de aniversário do município (jantar italiano), em favor da seguinte empresa Promoção de Eventos Maraba Lida, no valor total de 8\$ 8,000,40 (oito mil reais e quarenta centavos);

Renascença, 12 de setembro de 2017. LESSIR CANAN BORTOLI Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017 - PMR AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Torno pública a Homologação do Pregão Presencial nº 069/2017 – PMR. Objetiido a Contratação de empresa Cujo objeto é a Contratação de empresa para lo cação de banheiros gulmicos, em favor da sequinte empresa:

Marco A Dias Teixeira Eventos, no valor total de R\$ 6.480,00 (sets mil qu tos e oitenta reais);

> LESSIR CANAN BORTOLL Prefeito Municipal

CONVITE

Auditweta Péblica do Fundo Municipal de Saúde do Municipio de Coronel Vivida

— Entrão do Paraná

Avaliação do Competimento do Pinao Municipal de Saúde 2º quadrimentre de 2017

e das Ações de Vigiliacia Saultiria e Epidemiológica da Saúde, Bigiene e

Segurança de trabalho.

A multiporto na fatora de sa defensacione.

or grante ma integra du niu adma encontra-se disponirel no arguinte malerrepo eletrimicos http://www.disema.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal pi 2759/2017.

FRANK ARIEL SCHIAVINI SCHNORNBERGER Prefeito Municipal

NAIMAR CRISTIANO

Presidente da Ciamara

MUNICÍPIO DE PATO BANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº S.OLS, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017 Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Barsco do Bra sil S.A. e då outras providências correlatas

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, san

ciono a seguinte Lei: Art, 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédia Hanco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de rezis), observa das as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Secores Sociais Básicos - PMAT.

Parágrafo único. Os recursos proyenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentas previstos no Programa, vedada a aplicoção de tais recursos em despesas correntes, em consondascia com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 1 de malo

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancirias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua aolocia, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os crisditos dos recursos do Municipio, os montantes necessários à amortização e pagamento final da divida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1° () valor correspondente às tarifes bancarias aplicaveis à operação será o vigen te à Apoca da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviças Hanctrias - Pes-

soa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil § 2º No caso de os recursos do Município não serem depositados vio Banco do Bra sil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédico do Banco do Brasil, ross montantes necessários à amortização e pagamento final da divida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput. § 3º Hag dispersada a emissão da nota de empenho para a realização das despe-

as a que se refere este anigo, nos termas do \$1°, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de marco de 1964.

venientes da operação de crédito objeto do financia rão consignados como receita no orcamento ou em créditos adicionais.

Art. 1º O orçamento do Município consignari, anualmente, os recursos necessi rios ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, jums, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de credito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta lei entrard em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito, 12 de setembro d

AUGUSTINHO ZUCCIII

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO nº 178/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº, 106/2017 Regido pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93

OBJETO: Registro de Preços para realização futura de serviços médicos com es pecialização em oftalmologia e exames complementares a ser realizado no local da contratante nos dias e locais determinados pela Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constantes no Anexo Le nos termos do edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as nessidades da "Ulministração Municipal.

TIPO DE LICTIAÇÃO: MENOR PRECO GLOBAL

ABERTURA: Dia 25 de setembro de 2017 às 14:00 horzs.

INFORMAÇÕES REFERENTE AO EDITAL: Na Secretaria de Administração -Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sandade do aco, à Rua Frei Vuor Berscheid, 708- Centro - Saudade do Iguaçu-Pr., telefone No. (046) 3245-1165 ou pelo site: http://www.sandadedoiguseu.pe.gov.br/flel-

le do Iguaçu, 12 de setem MAUROCESARCENCE Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PRECOS № 1132017, PREGÃO PRESENCIAL № ATADIT. EMPRESA: Simionado Maleriais de Construção Lita, pessoa juridas de direito privado, CAPUMAF nº 022038240001-94, inscrição estadual nº 90145409-43, estabelecida na Avenida Brasil, 879, caráro, em Mariópolia, Estado do Paraná. Objeto a Implantação de Registro de Preços para futura eventual açulsição de Idhas de amianto que serão utilizadas pelos diversos departamentos municipais. Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro do Preços será pelo periodo de 12 (doze) meses, cortados a partir da essinatura da ata de registro de preços. Dos Pagamentos Co pagamentos estro eleluados em até 30 (final) dias após a entreça dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, com Certificação de Entrega, emitida pelo Departamento recebedor. Da Octação Orgamentária: Os pagamentos decomentes do forecimento do objeto da ficitação conceito por conta dos recumos da Dotação Orgamentária: 03.00 — Departamento de Administração — 03.01 — Disção de Administração — 04.122.0033.2003 — Manutanção dos Serviços Administrativos — 33.90,30 - Material de Consumo - Fonte (000).

05.00 - Departamento de Educação - 06.01 - Divisão de Educação - 12.361.0011.2.011 - Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica, Fundeb 40 % -33.90.30 - Material de Consumo - Fonto (102).

05.00 - Departamento de Educação - 05.01 - Divisão de Educação -0501, 12.361,0011 2.013 - Manufenção do Ensino Fundamental - Recursos Educação -33.90.30 - Material de Consumo - Fonte (103), (104).

05.00 -- Departamento de Educação -- 05.01 -- Divisão de Educação -- 05.01.12.361.0011.2.014 -- Manutenção do Ensino Fundamental -- Recursos Próprios --33.90,30 - Material de Consumo - Fonte (000).

08.00 - Departamento de Saúde - 08.01 - Fundo Municipal de Saúde - 0801,10.301,0010.2.025 - Manutenção de Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30 -Material de Consumo - Fonte (000), (303).

09.00 - Departamento de Assistência Social - 09.02 - Divisão de Assistência Social - 08.243.0005.6.001 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente -33.90.30 - Material de Consumo -- Fonte (000).

(9.0) - Departamento de Assistência Social - (9.01 - Divisão de Assisiância Social -(8.244.008.2.046 - Manutenção dos Soviços Sociais - Órgão Gestor - 33.90.30 -Matarial de Consumo - Fonte (000).

09.00 – Departamento da Assistência Social - 09.03 – Divisão do Fundo Municipal de Assistência Social - 08.244,0008.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - 33.90.30 - Material de Consumo - Fonte (000).

11,00 - Departamento de Viação e Serviços Urbanos - (1,01 - Divisão de Serviços Rodoviários - 26,782,0023,2,003 - Conservação e Mathoramento de Estradas Vicinais -33,90,30 - Material de Consumo - Fonte (000), (510), (511).

(1.00 - Departamento de Viação e Serviços Urbanos - (1.01 - Divisão de Serviços urbanos - 15.452.0017.2.034 - manuárica dos Serviços Urbanos - 33.90.30 - Material urbance — 15.452.0017.2.004 — manutenção dos Sarviços Urbance — 33.00.00 — Material de Consumo — Fornia (2001). Os recursos que não lorem untizados o sado fica automaticamente estrinto, Dos Entregar A entrega dos materiais, dejedo da liotação, será feita de acordo com a necessidade em até 10 (dez) das agos a subiritação, o será formalizada air avés da autorização de compras, emitida pelo Departamento de Compras do drago solicitante, nas quantidades air determinadas, Poderão utilizar-se dosse Registro de Propos es diversos departamento municipais. Das Ponadidades Ao proponente que dessiár da proposta protocolada ou se negar a assinar a Ata de Registro de Preços, ou que anda não satisfazer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades fullad es 50 % (cinco por centro de valor fullad da proposta que noterá a producta fullad de 100 con cesar no ce cento) do valor total da proposta, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso; no caso do não cumprimento do prazo de entrega do diplea solicidado, será aplicade lá proponente multa de mora equivalente a O, 1/4 (um décimo por cento) ao da adore o valor total de quantidade do produto solicitado pelo Contratante na Autorização de valor tutal de quandrate do produto solicitado pelo Contratante na Autorização de Compras, limitada a 5% (cinco por certo) do valor total do produto requisitado; suspensão do direito de licitar pelo prazo que a autoridade competente firar, segundo graduação que for estipulada em razão de natureza de faita; el declaração indicendade para licitar na Administração Mandipal, Os Vinculação. Esta ata esta vinculada ao ediad de Proajão Presencial nº 41/2017 e à proposta de licitante vencedor. O medida o aestiración de la companio de la companio de licitante vencedor.

O produto a ser fornecido e:						
ITEM	UNED	QTOE	DESCRIÇÃO	Valor Unit RS	Vakor Todal R\$	Marca
01	lh	100	Telha 1,53x6mm amianto	23,23	2323,00	ALME!
03	Un	100	Telha 1,83x6mm arrianto	27,85	2.785,00	MARKE
04	ſħ	100	Teha 2,13x5mm amianlo	29,41	2.941,00	M.Mil
රජ	Un	100	Telha 2,13x6mm amianto	32,40	3.240,00	
07	Us	200	Telha 2,44x5mm amlanto	34,00	6.800,00	
08	£	200	Tetha 2,44x6mm amiarto	38,60	7.720,00	MANI
			VALOR TOTAL		R\$ 25.809,00	

FORO: Comarca de Clevefàrdia. Municipio de Markipolis - Contratante - Neuri Rioque Rossetti Gehlen - Prefeito Municipal, Maniópolis, 01 de Selembro de 2017.

CONVITE.
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2017 DO MUNICÍPIO DE CORONEI. VIVIDA — ESTADO DO PARANÁ, Avalinção de Comprimento das metas Póblicas relativas ao 1º quadrimento de 2017, das metas de Gestão Municípia dos Direitos de Criança e do Adolescente 3º e 4º Bimestre 2017, sugestões para a claboração da LOA - Lei Orçamentaria Annal para o exercício de 2018.
A publikação na integra do são arina recomira-se disponêre no seguinte codereça eletrônica; http://www.dicom.com.ler - (conforme restorirado pela Lei Municípai aº 1159/2017.

esetrênico; 1759/2017.

Coronel Vivisia, 12 de setembro de 2017.

FRANK ARIEL SCHLAVINI SCHNORNBERGER Prefeito Municipal

NAIMAR CRISTIANO

Presidente da Câmara

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE LEI N° 5.015, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observadas as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

- Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasit autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.
- § 1º O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.
- § 2º No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.
- § 3º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.
- Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador: B6100CBD

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/09/2017. Edição 1337

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diarionunicipal.com.br/amp/

PROJETO DE LEI Nº 74/2017

Regime de urgência - Rejeitado o regime de urgência Convoca Sessões Extraordinárias

MENSAGEM Nº 44/2017

RECEBIDA EM: 12 de junho de 2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

(Até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A referida contratação tem por objetivo investimentos na forma do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, cujos projetos com o conjunto de ações e metas físicas e financeiras detalhadas, serão encaminhados quando da solicitação dos recursos, observando-se o limite autorizado via operação de crédito. O Município busca regularizar o cadastro imobiliário aumentando a área total edificada que gerará um aumento significativo do valor lançado no IPTU do próximo exercício. Dessa forma, teremos mais recursos para investimento dentro do município sem aumentar impostos e fazendo justiça com os que pagam seu imposto no valor correto)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 14 de junho de 2017.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 21 de junho de 2017

RELATOR: Joecir Bernardi - SD

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 4 de julho de 2017

RELATOR: Fabricio Preis de Mello - PSD

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 29 de agosto de 2017

RELATOR: Marco Antonio Augusto Pozza - PSD

VOTAÇÃO NOMINAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 6 de setembro de 2017 – Aprovado com 11 (onze) votos.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 11 de setembro de 2017 – Aprovado com 10 (dez) votos e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – PMDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari – PDT.

Ausente, o vereador Carlinho Antonio Polazzo - PROS.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 779, de 11 de setembro de 2017.

SANÇÃO: Lei nº 5015, de 12 de setembro de 2017

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B5 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 6972 de 13 de setembro de 2017 e no sítio http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ edição nº 1337 de 13 de setembro de 2017